



Ata da Assembleia Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e dez minutos, em segunda chamada, reuniram-se no ambiente virtual *Microsoft Teams* os membros do Conselho da APA do Banhado Grande presentes para a Assembleia Extraordinária, convocada pela presidente, Sra. Letícia Rolim Vianna e presidida pela presidente interina Sra. Cecília Schüller Nin.

INSTITUIÇÃO	CONSELHEIROS	
1. DPMCC/SEMA – Div. de Pesq. e Manutenção de Coleções Cient.	SUPLENTE	Ricardo Aranha
2. UFRGS	TITULAR	Thales Renato Freitas
3. Prefeitura de Glorinha	TITULAR	Priscilla Kiscporski
4. Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha	TITULAR	Suélen Kaltbach
5. Prefeitura de Viamão	TITULAR	Laci Schiar
6. Prefeitura de Gravataí	TITULAR	Valeska
7. FEPAM	JUSTIFICOU	
8. APABG/SEMA	SUPLENTE	Cecília Nin
9. INCRA	JUSTIFICOU	
10. DRHS/SEMA	FALTA	
11. SEAPDR	JUSTIFICOU	
12. Comitê Gravatahy	SUPLENTE	Sérgio Cardoso
13. CORSAN	TITULAR	Guinever Stefani
	SUPLENTE	Simone Peres
14. AAFISE – Assoc. de Moradores Assentamento Filhos de Sepé	TITULAR	Ivan Pereira
15. STR-SAP – Sind. dos Trab. Rurais de Sto. Antônio da Patrulha	FALTA	
16. LBV - Legião da Boa Vontade	SUPLENTE	José Joaquim Rodrigues
17. Assoc. de Moradores do Banhado Gravataí	FALTA	
18. Assoc. Moradores Quilombo Cantão das Lombas/Anastácia	JUSTIFICOU	
19. Quinta da Estância	JUSTIFICOU	
20. EMATER RS	TITULAR	Fabian Antunes Del Valle
21. FIERGS	TITULAR	Tiago Pereira
22. FIERGS	TITULAR	Fúlvia Jorge
23. FIERGS	TITULAR	Fernando Justo
	SUPLENTE	Cláudia Sadovski
24. SINDIENERGIA	TITULAR	Juliana Pretto
	SUPLENTE	Daniela Cardeal
25. FARSUL	SUPLENTE	Paula Hofmeister
26. Sindicato Rural de Gravataí e Glorinha	TITULAR	Manoel Valim
27. ACIVI - Assoc. Com., Ind. e de Serv. Viamão	FALTA	
28. APNVG	TITULAR	Tania Peixoto
29. Instituto Curicaca	TITULAR	Andreas Kindel
30. ACAMPA	TITULAR	Arnildo Hasper
VISITANTES		
Roberta Morillos Teixeira – Ministério Público		
Paola Stumpf - DUC/SEMA		
Márcia Corrêa – CORSAN		

PAUTA (Convocação Ofício CGAPABG nº 01/2022):

- 1) Aprovação da ata da assembleia do dia 06 de dezembro de 2021;
- 2) Reestruturação da Composição do Conselho Gestor - Relatos da CT
- 3) Plano de Manejo - Relato dos últimos andamentos
- 4) Plano de Ação do Conselho para 2022 - Priorização das ações e planos de manejo
- Definição da composição das CTs dos Planos Prioritários
- 5) Linhas de Transmissão - Relatos dos últimos andamentos
- 6) Assuntos Gerais





REUNIÃO

Pauta 1 - Aprovação da ata da assembleia do dia 06 de dezembro de 2021

Cecília: Inicia a primeira assembleia ordinária de 2022 colocando em votação a ata enviada previamente.

Aprovada com uma abstenção.

Pauta 2 - Reestruturação da Composição do Conselho Gestor

Paula: Relatou brevemente as discussões ocorridas nas reuniões de início de novembro de 2021 e início de fevereiro de 2022. Na reunião de novembro, o Instituto Curicaca – IC se posicionou expondo que entendem não ser produtivo e eficiente trabalhar na reestruturação da composição do conselho gestor enquanto o processo da IN 02/2018 não finalizar.

Na reunião de fevereiro foi escolhida para ser a coordenadora da CT. O IC trouxe algumas inconsistências entre a IN 02/2018 e o Decreto Federal 4340/2002, essa informação ainda está sendo discutida pelos integrantes da CT. Assim que a CT chegar a um denominador comum, trará para o conselho a decisão da CT para votação. Caso a CT discorde do IC, a própria entidade encaminhará sua demanda a SEMA em seu nome. Com relação às vagas, esta sendo estudada a melhor forma de manter a paridade entre as instituições, já que isso é fundamental para o conselho cumprir com seu papel.

Andreas: Informa que em discussão interna foi decidido que o IC irá interpelar a SEMA quanto aos questionamentos discutidos na CT.

Cecília: Informa que será marcada nova reunião da CT antes da próxima assembleia ordinária para definir os próximos encaminhamentos, já que o aviso público do ano passado foi cancelado e entendemos que é prioritário revisar e regularizar essa estrutura.

Pauta 2 - Plano de Manejo

Cecília: Informa que o PROA 21/0500-0001527-0 segue em sigilo. Que em novembro o Conselho encaminhou ofício ao Gabinete solicitando as justificativas da alteração do Plano de manejo aprovado pelo conselho, que em 31/01/2022 reiterou a solicitação e que até o momento não obteve resposta.

A única informação recente que temos é do MP, através do relato da Promotora em reunião do Comitê Gravataí.

Roberta (MP): Informa que solicitou ao gabinete de assessoria técnica do MP análise dos pontos levantados, que conversou com o Coordenador do CAOMA, Dr. Daniel Martini, e em conjunto optaram por fazer uma conversa com o procurador do Estado e a pessoa responsável pela análise do plano de manejo (Liana Barbizan). A intenção é compreender os fundamentos das alterações feitas pela SEMA. Ficou acordado que o MP encaminharia à SEMA documento comparativo do plano de manejo que foi aprovado no conselho da APA, o que foi aletrado pela SEMA e a indicação feita pelo gabinete de assessoria técnica do Ministério Público para o Estado apresentar seus contrapontos. Soube hoje que o processo está em sigilo na SEMA.

Andreas: Pergunta se pela lei de acesso a informação é possível ao menos saber o motivo do sigilo deste processo.

Cecília: Pergunta se a proposta do Andreas é de encaminhar enquanto conselho a solicitação baseada na lei de acesso a informação.

Andreas: Acha que qualquer instituição pode fazer isso, só queria revisar a estratégia e entender se todos tem o mesmo entendimento.

Sérgio: Temos 2 coisas a tratar: A primeira é sobre o Executivo usar sua prerrogativa de alterar um documento construído de forma coletiva, podendo este não respeitar o processo de construção coletiva quando tem características mais autoritárias. A segunda, e mais grave, é a postura desidiosa da gestão ao ignorar a





solicitação de remoção dos nomes das entidades do documento retificado pela SEMA que solicitaram por ofício esta retirada.

Tânia: APNMG endossa a fala dos conselheiros Andreas e Sérgio e entende como desrespeito a manutenção deste processo em sigilo. Desta forma nossa associação, após debate interno, decidiu entrar com uma ação civil pública contra o Estado, pois não está vislumbrando outra forma de diálogo.

Roberta (MP): O plano de manejo está aprovado, poderá sofrer alterações. Importante que se as instituições não se sentem representadas com o texto que a SEMA homologou é importante que essa solicitação seja feita, talvez por cada entidade individualmente. Sobre o sigilo, pede perdão mas não sabia, se soubesse teria tratado disso na reunião. O Estado ainda está dentro do prazo para responder ao MP.

Sérgio: Entende que a demanda já foi encaminhada e não há motivo para as entidades encaminharem individualmente a solicitação de supressão dos nomes das entidades que solicitaram. A SEMA tem obrigação de assumir a responsabilidade das modificações que fez para homologar o plano de manejo.

4) Plano de Ação do Conselho para 2022 - Priorização das ações e planos de manejo / Definição da composição das CTs dos Planos Prioritários

Paola: Entramos o ano de 2022 com um plano de manejo homologado, portanto vigente, a pesar de existir dissenso a respeito disto, então, enquanto todos tentam aparar as arestas, entre documento consolidado e homologado, a equipe gestora da APA segue trabalhando na implementação da Unidade de Conservação da forma que é possível. Contextualizando o trabalho mostra as diretrizes do plano.

Diretrizes do Plano de Manejo

- Promover segurança hídrica para os múltiplos usos da água, por meio da manutenção e recuperação de ambientes de áreas úmidas, garantindo, habitats para as espécies alvo e de interesse para conservação;
- Promover as condições necessárias para a manutenção e recuperação das populações das espécies alvo de conservação;
- Buscar inserção junto aos órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão territorial, visando ao estabelecimento e cumprimento de normas para ocupação do território alinhadas com as diretrizes da APABG, a fim de atender aos objetivos da UC;
- Compatibilizar os usos dos recursos naturais da APABG garantindo a viabilidade dos alvos de conservação e respectivos recursos/valores fundamentais, valorizando as práticas que contribuem com a conservação dos mesmos;
- Proporcionar uma gestão eficaz, que dê condições para a implementação do Plano de Manejo e o cumprimento dos objetivos da UC.

As planilhas de planejamento da APABG, onde continha os eixos de gestão baseados em uma complexa análise do cenário da UC, o estabelecimento dos focos na figura dos 5 grandes alvos de conservação, a normatização do território para garantir a proteção dos alvos, ficaram sob o guarda-chuva das 5 DIRETRIZES DO PLANO DE MANEJO, que podem ser consideradas um grande resumo do foco do plano de manejo neste primeiro ciclo.

- Programas de Gestão

- Eixos Temáticos
- Ações
 - Necessidades de planejamentos específicos
 - Necessidades de estudos específicos

Eixo Temático 1: Conservação e Recuperação de Áreas Úmidas

Eixo Temático 2: Articulação entre os Órgãos Responsáveis pela Gestão Territorial

Eixo Temático 3: Incentivo a Boas Práticas Produtivas

Eixo Temático 4: Fortalecimento da Gestão



**CONSELHO
GESTOR**
DA APA DO BANHADO GRANDE

CONSELHO GESTOR DA APA DO BANHADO GRANDE
Endereço: Estrada Passo do Portão, 3560
Glorinha/RS – CEP 94380-000
E-mail: conselho-banhadogrande@sema.rs.gov.br
Telefone: (51) 984095048



Foram construídas 4 planilhas com os eixos temáticos compostos pelas ações que devem ser executadas no primeiro ciclo do PM, estabelecendo para cada ação, metas, indicadores e prazo. Essas planilhas foram suprimidas do Plano homologado, e indica o nome dos eixos e a necessidade de elaborá-los. Porém esse trabalho robusto já está feito, por isso a proposta da gestão da APA é trabalhar a partir deste subsídio ao invés de começar do zero. Embora não tenha sido contemplado no documento homologado, este produto está pronto, foi aprovado por maioria pelo conselho e pode ser utilizado como linha de partida para a implementação da UC.

O Eixo Temático 1 – Conservação e Recuperação de Áreas Úmidas, trata da questão quali-quantitativa das áreas úmidas, da água e cervo do pantanal. Nesse eixo foram definidos os planos e necessidade de estudos complementares para a proteção, recuperação e conservação destes alvos.

Os outros 3 eixos seguiram a mesma linha de raciocínio, porém abordando outros temas de relevância para a UC. Eixo Temático 2 – Articulação entre os Órgãos Responsáveis pela Gestão Territorial. Eixo Temático 3 – Incentivo a Boas Práticas Produtivas. Eixo Temático 4 – Fortalecimento da Gestão.

A partir desses eixos vamos discutir neste fórum quais as prioridades de implementação neste ano de 2022.

Claudia: Questiona sobre a retirada dos eixos no plano homologado e a introdução da demanda por estudos complementares. Entende que a SEMA propõe que se faça estudos preliminares antes de partir para uma linha de ações. Questiona se a APA deve trabalhar baseada em material que foi retirado pela SEMA para homologação e entende que pode ser tempo perdido trabalhar essas questões.

Cecília: Este planejamento foi uma construção coletiva, deliberado no âmbito do conselho, portanto é um documento legítimo, inclusive muitas dessas ações já estão sendo implantadas.

Andreas: Do ponto de vista da SEMA o PM é apenas um documento que ela não vai executar. No caso da APA, no momento de atuar, a SEMA é equipe gestora e conselho, porém, no momento de tomar decisão, foi SEMA do Gabinete para dentro, mas esse “gabinete para dentro” nunca fez nem vai fazer nada pela APA. Se colocaram no PM que precisa de mais estudos para fazer planejamento, entendam que eles não farão esses estudos, é a equipe gestora juntamente com o conselho que terá que definir, implantar, monitorar e se possível executar. Esse é nosso trabalho, nossa dedicação, e a decisão agora a ser tomada é, jogar fora todo o esforço feito ou utilizá-lo para fazer o que é necessário. O que está proposto nos eixos não entra em conflito nenhum com o plano homologado e não existe impedimento para transformá-los nos instrumentos de planejamento. Historicamente a SEMA se mobilizou apenas uma vez, e infelizmente em acordo com o Ministério Público, que foi usar dinheiro público para estudos para definir uma área de proteção integral dentro da APA, quando na verdade tinha a função de financiar estudos de questões hidrográficas e que ninguém nunca viu o resultado até hoje. Essa é a lembrança da única vez que a SEMA se mobilizou, todo o esforço para a construção do plano de manejo foi feito pela equipe da APA e Conselho, reforça que não virá nada da SEMA. Esses estudos que se referem no plano homologado são genéricos e não vão acontecer por mobilização deles, pois mesmo quando a SEMA tinha obrigação legal dentro de um processo civil de apresentar o PM, fomos nós que pressionamos e nos dedicamos para que ele acontecesse.

Sérgio: Enquanto presidente do comitê Gravataí, temos interesse que o plano da APA construído de forma coletiva, se implante conforme foi aprovado. Reforça a fala de Andreas dizendo que as ações que aconteceram foram devido ao grande esforço político e coletivo das entidades. Temos consciência de que seguiremos na luta para implantação do plano.

Claudia: enquanto federação todas as divergências e convergências foram levadas à CT e Conselho, foi um trabalho técnico exaustivo. Perguntou se o Diretor do DBio foi convidado para esta reunião. As ações que saírem desta instância terão que passar pelo crivo da SEMA, uma vez que nosso conselho é consultivo e que há essa previsão no plano homologado, pergunta se a SEMA não aprovou num primeiro momento, porque aprovaria posteriormente.

Paola: A proposta da equipe de gestão da APA, que está sendo trazida é definir os próximos passos. No PM homologado foram suprimidos os detalhamentos das ações e metas. Porém as necessidades de dados e





planejamento estão identificadas, por isso não há divergência com a proposta de trabalho que estamos fazendo. O que era um produto, agora virou uma proposta de trabalho.

Andreas: O conselho já fez um trabalho muito grande, agora temos que discutir como se organizar como conselho para pegar o material que não foi incorporado, reavaliar, priorizar, e ressubmeter. Não precisamos iniciar do zero, sugiro criar um GT para cada eixo temático para revisar e compatibilizar, deixar os pontos de conflito que não são prioritários para uma etapa posterior. É muito importante fazer esse trabalho como coletivo, e proponho como encaminhamento, fazer votação reafirmando esse compromisso: **“A gestão da APA vai ser feita pelas suas instituições, nós somos a APA, vamos pegar esse trabalho que está no papel e transformar em realidade. Não podemos delegar essa responsabilidade e expectativa para a SEMA.”** Outra sugestão de encaminhamento é votar se faremos essa discussão de prioridades em plenária ou criar GT para cada eixo temático para fazer essa primeira avaliação.

Cecília: Propõe apresentar as propostas organizadas para esta reunião e ao final deliberar sobre essas prioridades. Andreas concorda.

Claudia: Sugere analisar o que é compatível entre o que já está sendo feito e o que está no plano homologado.

Cecília: Explica que a ideia não é entrar em conteúdo e sim se organizar enquanto conselho para definir as prioridades. Nós como gestão temos várias prioridades por cobrança da própria SEMA, CEAUT, e que precisa de retorno por ocasião de licenciamento, portanto esses assuntos devem ser discutidos neste fórum. Apresenta os eixos e seus respectivos status, as prioridades e a proposição em slides que seguem:



<p>Conter os processos erosivos no leito do rio Gravataí</p>	<p>Atuação na análise do Estudo de impacto ambiental (EIA), relatório de impacto ambiental (RIMA) e projeto básico ambiental (PBA), para o sistema de proteção contra cheias da bacia do rio Gravataí (RDC10)</p> <p>Elaboração e execução de projeto para <u>renaturalização</u> de trecho do rio Gravataí, visando à reativação dos meandros (bioengenharia) – PROGRAMA REVITALIZAÇÃO</p>
---	---

<p>Promover a conectividade entre as áreas úmidas ao longo do Gravataí</p>	<p>Identificação das possíveis áreas públicas correspondentes às áreas úmidas do Rio Gravataí e banhados na zona de adequação ambiental (levantamento fundiário e/ou estudo das cadeias dominiais)</p> <p>Restabelecer a conectividade entre as áreas úmidas da ZAA</p>
---	---

PLANO	ESCOPO	
	DIRETRIZ GERAL	AÇÕES PREVISTAS
<p>CT</p> <p>PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ÚMIDAS</p>	<p>Recuperar as áreas úmidas de interesse para os alvos de conservação e seus recursos/valores fundamentais, através das múltiplas estratégias e instrumentos disponíveis, respeitando-se as limitações da legislação pertinente.</p>	<p>Mapear a cobertura original e das áreas convertidas de turfeira; Planejar e priorizar ações específicas para conservação e recuperação das áreas úmidas de interesse; Analisar a relação da aceleração da sucessão com a dinâmica hídrica; Complementar os levantamentos de ocorrência e distribuição de espécies de aves ameaçadas associadas ao ambiente; Articular com parceiros e divulgar as ações do plano.</p>





ETAPA TÉCNICA - ANTERIOR A IMPLEMENTAÇÃO DO CORREDOR

Designação de Equipe Técnica SEMA através Portaria para condução dos trabalhos, com participação de colaboradores

 Conservação do Cervo-do-Pantanal 	Proteger a população relictual de Cervo-do-Pantanal através de ações integradas com o RVSBP	Integrar-se com Plano de Proteção do RVSBP através de ações de fiscalização, patrulhamento, etc	Gestão Integrada APABG-RVSBP, Assentamento	Realizar 6 ações de fiscalização ou patrulhamento conjuntas por ano
	Conhecer a situação atual da população do cervo-do-pantanal na APABG	Revisão do Plano de Ação e reativação do PROCERVO	Instituto Curicaca, UFRGS, Gestão Integrada APABG-RVSBP, DPMCC/SEMA, FEPAM	Plano de ação do PROCERVO atualizado e ações prioritárias em execução
	Monitorar, avaliar e aperfeiçoar o corredor do cervo-do-pantanal	Mapear e identificar características específicas dos ambientes de ocorrência e de áreas potenciais, bem como dos conectores. Avaliar a funcionalidade/viabilidade do corredor proposto	Gestão Integrada APABG-RVSBP Gestão Integrada APABG-RVSBP	Corredor aperfeiçoado Plano com diretrizes

ETAPA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO!

EIXO 3 – INCENTIVO ÀS BOAS PRÁTICAS PRODUTIVAS Incentivo à práticas produtivas sustentáveis e/ou em transição

 PLANO DE BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS	<p>Elaborar Cadernos com diretrizes técnicas temáticas para da adoção de boas práticas de manejo agropecuário. Temas essenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano de redução do uso de agrotóxico e dos princípios ativos com maior toxicidade ambiental; - Gestão do Uso da Água (Quantidade e Qualidade); - <i>Avaliação para criação de buffer de proteção dos alvos de conservação e seus recursos fundamentais, bem como dos cultivos orgânicos;</i> - Manejo e Controle de espécies invasoras.
--	--

EIXO 4 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO Conselho Gestor

Contar com um Conselho Gestor atuante e representativo  	Capacitação dos Conselheiros orientando sobre seu papel e responsabilidades	Atualização e divulgação do guia do Conselheiro
	Realizar o monitoramento da execução do Plano de Manejo através dos indicadores, incorporando-o nos Planos de Ação Anuais do Conselho	Uma reunião de monitoramento por ano
	Revisar o Regimento Interno de acordo com o novo caráter, dentre outros ajustes	Regimento atualizado e publicado em conformidade com a natureza do Conselho
	Reestruturação da Composição do Conselho	Readequação da IN 02/2018. Possibilidade de engajamento das vagas, respeitando a paridade entre setores.

Proposta da gestão da APA relativa a criação das CTs para dar andamento ao plano de ação do conselho.:





PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO

CÂMARAS TEMÁTICAS	
ATIVAS	PROPOSTAS
Revisão do Regimento Interno 1) INCRA – Coorden.; 2) Comitê; 3) DPMCC/SEMA; 4) APABG; 4) Luisa/DUC (colab.)	Plano de Recuperação de Áreas Úmidas Inclui o acompanhamento das propostas e ações de renaturalização no rio Gravataí e Banhado Grande, tendo interface com GT.
Reestruturação da Composição do Conselho 1) Quinta da Estância; 2) FARSUL; 3) FIERGS (Tiago); 4) FIERGS (Claudia); 5) SINDIENERGIA, 6) ACAMPA; 7) APNVG; 8) CURICACA; 9) Comitê Gravataí	Plano de Boas Práticas Agropecuárias Ação prioritária é a definição do “buffer” para aplicação de agrotóxicos por aviação agrícola
Caturritas Objetivo: Identificar os pontos de Conflito no Banhado das Caturritas frente aos usos existentes e descrição /objetivo da ZUR; 1) AAFISE; INCRA; SEAPDR; FEPAM; Curicaca; SEMA (Ricardo Aranha); APABG	Conservação do Cervo-do-Pantanal - Iniciar agora ou após a etapa técnica

Andreas: Propõe que a conservação do cervo-do pantanal seja inserida no plano de recuperação de áreas úmidas, pois esses dois temas estão profundamente interligados, e dessa forma diminui a demanda de tantas CTs. Se no decorrer do trabalho identificarmos que ficou muito pesado, então se desmembra novamente, porém faz mais sentido trabalhar tudo num mesmo bloco neste início de trabalho.

Claudia: Concorda com a proposta do Andreas.

Cecília: Deliberação de criação e composição das CTs:

DELIBERAÇÃO
1 - Criação de CT para Elaboração do Plano de Recuperação de Áreas Úmidas Inclui o acompanhamento das propostas e ações de renaturalização no rio Gravataí e Banhado Grande, tendo interface com GT. - COM AGLUTINAÇÃO DOS TRABALHOS DA CT CATURRITAS, ENCERRANDO-A A PARTIR DESSA PLENÁRIA - Incluir esse assunto na CT Recuperação AU
2 - Criação de CT Plano de Boas Práticas Agropecuárias Ação prioritária é a definição do “buffer” para aplicação de agrotóxicos por aviação agrícola
3 - Aguardar a etapa técnica para criação da CT Conservação do Cervo-do-Pantanal Andreas (Curicaca) – Incluir esse assunto na CT Recuperação AU - Iniciar agora ou após a etapa técnica CURICACA – Propõe que haja um reforço na manifestação

1- Fica criada a CT para elaboração do plano de recuperação de áreas úmidas por unanimidade.

Composição: Pref. Glorinha, AAFISI, FIERGS (a confirmar), FARSUL, CURICACA, SINDIENERGIA, PAOLA (DUC/SEMA) como convidada.

2- Fica criada a CT para elaboração do plano de Boas Práticas Agropecuárias por unanimidade.

Composição: FARSUL, AAFISI, FIERGS (a confirmar), CORSAN, CURICACA (a confirmar), PAOLA (DUC/SEMA) como convidada

As CTs seguem abertas para entrada de entidades que se interessarem pelos temas.

5) Linhas de Transmissão - Relatos dos últimos andamentos

Cecília: Relatou os últimos movimentos referentes a LT CPS – VIAM3, LT CPS – GRAV, LT CPS – GUAÍ3, conforme cronologia e conteúdo apresentados nos slides que seguem:





LT CPS – VIAM3	- 01/DEZ/21 – Empreendedor solicita à gestão da APABG manifestação quanto ao atendimento das condicionantes da AUTUNC 05/2021.
	- 16/DEZ/21 – Envio do Parecer 04/2021 para CEAUT
	FEPAM:
	1) Extensão de ocorrência e área de ocupação da espécie <i>Ctenomys lami</i> , com geração de mapas;
	2) Porcentagem da extensão de ocorrência e da área de ocupação da espécie que é protegida pela APABG, com geração de mapas;
	3) Relação entre a abundância da espécie e as diferentes formas de uso e cobertura do solo, bem como outros atributos ambientais que se relacionam com os impactos à espécie. I
	- 20/JAN/22 – FEPAM questiona CEAUT sobre o seguinte:
	1) Possibilidade de tramitação da solicitação de licença de operação EIA/RIMA (LOER) junto a esta Fundação frente à manifestação favorável à continuidade do licenciamento do empreendimento constante no referido parecer, <i>com atendimento posterior das questões relacionadas à espécie Ctenomys lami (tuco-tuco).</i>
	SOLICITAÇÃO de Licença Operação = 106552

Andreas: É importante deixar claro o prazo para apresentação dos estudos, e tipo de implicação/penalização que o não atendimento no prazo pode acarretar. Precisamos ser um pouco mais rigorosos em relação a esses empreendimentos que já incorreram em uma série de não atendimentos à condicionantes. Em 3 ou 4 meses deve ser apresentado o escopo do estudo que será feito e respectivo cronograma. Em um documento onde a empresa faz um relato do atendimento às condicionantes, como por exemplo, reposicionamento de torres. A PAMPA, emite a FEPAM uma série de retornos referente a estes ajustes de posicionamento. Das 170 torres, 60 tiveram algum ajuste de posicionamento entre 30 cm a 300 m, dessas 60 uma única foi reposicionada por questões estritamente ambientais, não fazem menção ao tuco-tuco (espécie criticamente ameaçada de extinção e que explicitamente constava como uma restrição na condicionante) em nenhum momento, e ficou identificado a instalação de torres em cima as tuqueiras. Por isso é importante deixar claro as implicações, que devem ser as mais severas possíveis, pelo não atendimento às condicionantes e prazos.

LT CPS – GRAV	- 102/MAR/21 – AUTUNC 10/2021
	- 17/DEZ/21 – Emissão LICENÇA DE INSTALAÇÃO 382/2021 Solicitação 87693
LT CPS – GUAÍ3	- 2019 – Novo TR
	- OUT/2020 – Vistoria conjunta com Pampa e FEPAM, com foco nas áreas de tuqueiras.
	- 26/JAN/22 – Audiência Pública para fins do EIA/RIMA Solicitação 90750

Sérgio: Entende que deve se buscar o responsável técnico desses empreendimentos e responsabilizá-los.

Andreas: Capivarí-Gravataí, pede manifestação da APA em relação a atendimento de uma condicionante referente a impactos por colisão de avifauna. Sobre os urubus, a empresa solicita que só seja instalado dispositivo caso os monitoramentos demonstrarem necessidade, eu entendo razoável essa solicitação. Sobre a Capivarí-Guaíba, me manifestei na Audiência Pública como cidadão definindo 3 caminhos. 2 deles onde sustento o indeferimento da licença por não atendimento a Resolução CONAMA, que diz que tem que atender a legislação e não compilar a legislação e a avaliação das alternativas locais e tecnológicas, também constante na Resolução CONAMA, onde a empresa omite a análise técnica da alternativa de rota paralela com outras LT já instaladas, conforme solicitação explícita da FEPAM. O 3º caminho defende que a conduta organizacional é inadequada causando sérios problemas ambientais, e é inadmissível que isso se repita em outros empreendimentos desta ou qualquer outra empresa. É necessário que fiquem mais claras as condicionantes e as implicações do não atendimento das mesmas. Sugestão é a cassação da Licença de





operação do empreendimento até que o mesmo atenda as condicionantes e se regularize, essa é uma provocação ao corpo técnico da FEPAM. Por transparência encaminhei com cópia para o MP.

Cecília: A interlocução entre empreendedor e CEAUT tem sido feita diretamente com a gestão da APA e pergunta se os conselheiros preferem que a gestão da APABG solicite á CEAUT que haja uma retorno à FEPAM acerca do projeto dos levantamentos do *C. lami* (tuco-tuco), com cronograma ou se encaminha via Conselho esta demanda da LT CPS - VIAM3, os conselheiros não se opõe ao encaminhamento via APABG.

6) Assuntos Gerais

Sergio: Chama atenção para a condição do rio Gravataí, que dá muita mídia por conta da seca, mas assim que começar a chover o assunto esfria. O Comitê tem a missão de manter os esforços para regularizar e compatibilizar os usos no rio independente do alvoroço da mídia e sociedade. As prefeituras, Estado, sociedade civil, devem fazer seu tema de casa, para que em 2022/2023 que não seja necessário fazer acordo novamente. Abordou o tema dos mini barramentos.

Cecília: Sem mais contribuições e assuntos, a reunião é encerrada.

ATA A SER SUBMETIDA AO CONSELHO GESTOR DA APABG PARA APROVAÇÃO EM 04 DE ABRIL DE 2022.

